

PESQUISA DE VITIMIZAÇÃO: UM PASSO INICIAL PARA A ANÁLISE DE PROBLEMAS ESPECÍFICOS

Marcus Torres¹

SUMÁRIO: 1. Introdução; 2. Análise dos dados; 2.1. Renda: A maioria na linha da pobreza; 2.2. Índice de vitimização: A maior parte já foi vítima; 2.3. Reincidência de vitimização: É maior a incidência do que a reincidência; 2.4. Regionalização da vitimização: Uma comunidade com problemas ; 2.5. índice de sub-notificação: Uma maioria silenciosa; 2.6. Causas da sub-notificação: A predominância do descrédito com o sistema e do medo de represálias; 2.7. Lei seca: População não acredita na medida

1. Introdução

O objetivo deste capítulo é a abordagem sociológica do problema da segurança, relacionando aspectos da vitimização e sua relação com os reais efeitos nas políticas públicas para o setor.

O espaço amostral foi reduzido, mas ainda assim a pesquisa serve como suporte para o início da discussão. O principal objetivo é mostrar que os principais usuários dos serviços de segurança, que são os integrantes da comunidade, não são questionados sobre a implantação das políticas, nem tão pouco busca-se saber se a mesma se sente mais segura ou se melhorou a segurança na dita comunidade.

Para tal desiderato, foi realizada entrevista com cem pessoas no bairro do Santos Dumont, no Tabuleiro dos Martins, com o intuito de verificar, mesmo com um espaço amostral reduzido, o índice de vitimização no local e a sensação de segurança depois da implantação da lei seca, que restringe a venda de bebidas alcoólicas na região.

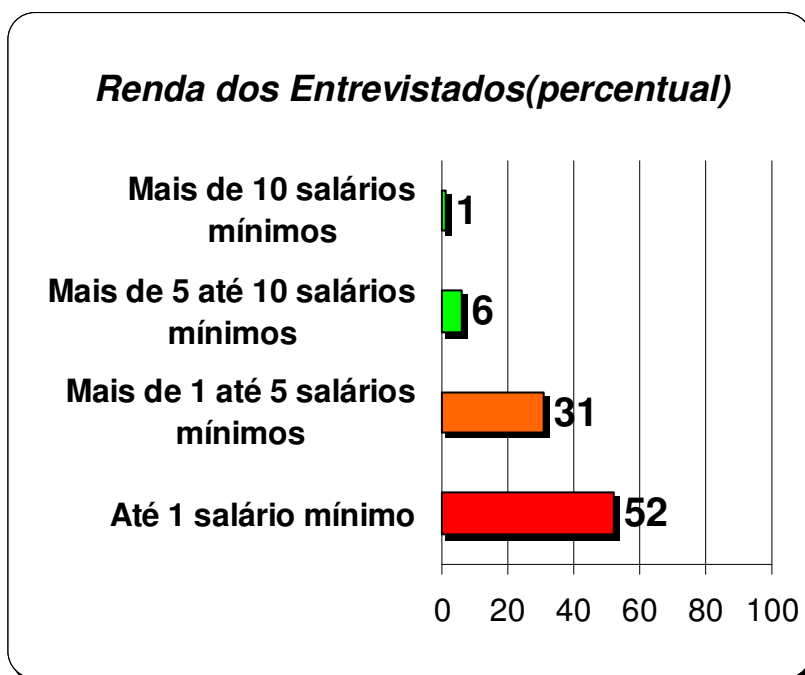
¹ Especialista em Docência do Ensino Superior pela UFRJ/CEP/EB e em Direito Constitucional pela UFAL; Mestrando em Direito pela UFAL; Professor Universitário e Policial Federal.

Inicialmente pretendíamos entrevistar mais de duzentas pessoas, mas houve uma dificuldade acentuada quando das entrevistas aos moradores, já que muitos estavam com medo em transmitir qualquer informação. Percebeu-se que é uma localidade onde impera a lei do silêncio, razão pelo qual até mesmo o índice de sub-notificação, avaliado em 80%, pode ser ainda maior.

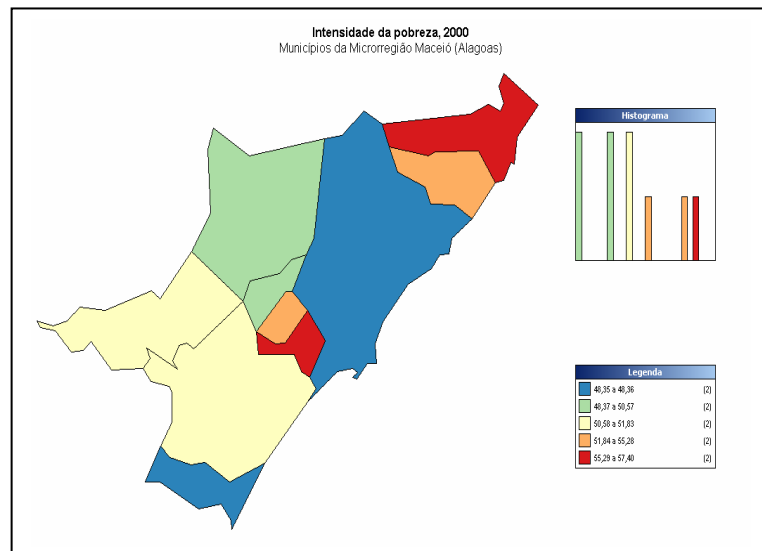
2. Análise dos dados

2.1. Renda: A maioria na linha da pobreza

Como é uma área de periferia, era de se esperar que a grande maioria da população viva com renda inferior a 5 salários mínimos. Foi constatado que 83% dos entrevistados estavam nesse patamar, sendo 52% vivendo com até um salário mínimo.



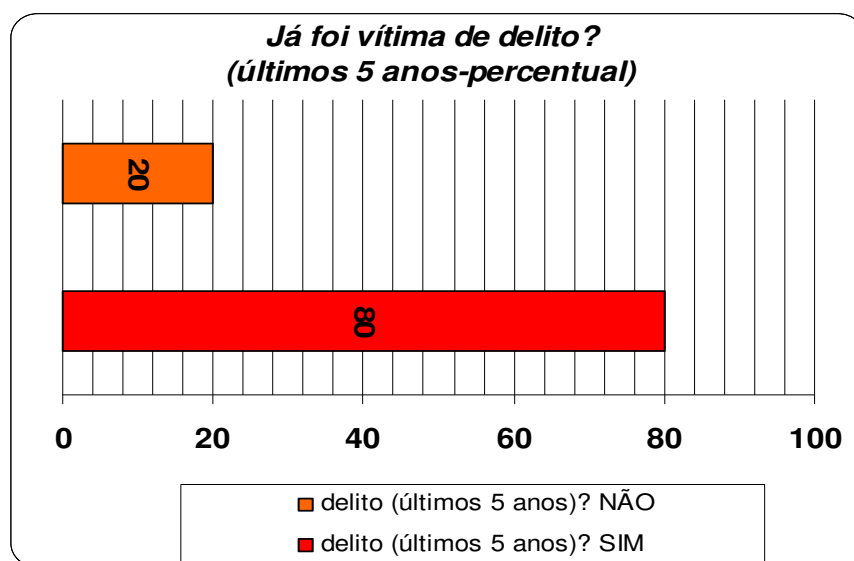
Esse referencial está de acordo com o mapa de intensidade da pobreza de 2000, dos municípios da microrregião de Maceió-AL.



Fonte: Atlas do desenvolvimento do Brasil 2000.

2.2. Índice de vitimização: A maior parte já foi vítima

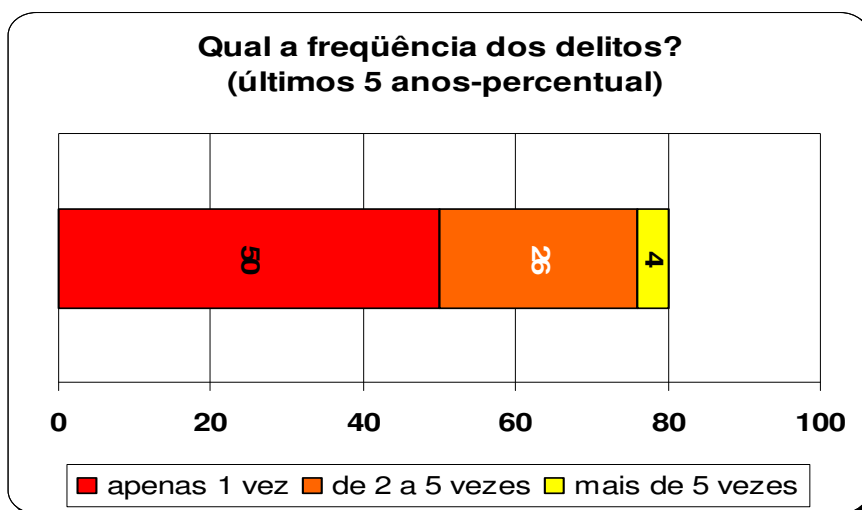
Seguindo orientações do padrão internacional *unicri*, estabelecemos um espaço temporal para estudo das variáveis e descobrimos que 80% dos entrevistados já foram vítimas de alguma espécie de delito. Não tivemos a intenção de explorar em quais modalidades, já que demandaria mais espaço para discussão, fugindo da linha direta da nossa pesquisa, que é a discussão sobre os índices de vitimização e as cifras negras. Logicamente este é uma tema que deveria ser fruto de pesquisa em outra oportunidade. Entretanto, no teor das entrevistas, percebeu-se que a maioria estava relacionado com furtos, roubos e agressões físicas.



2.3. Reincidência de vitimização: É maior a incidência do que a reincidência

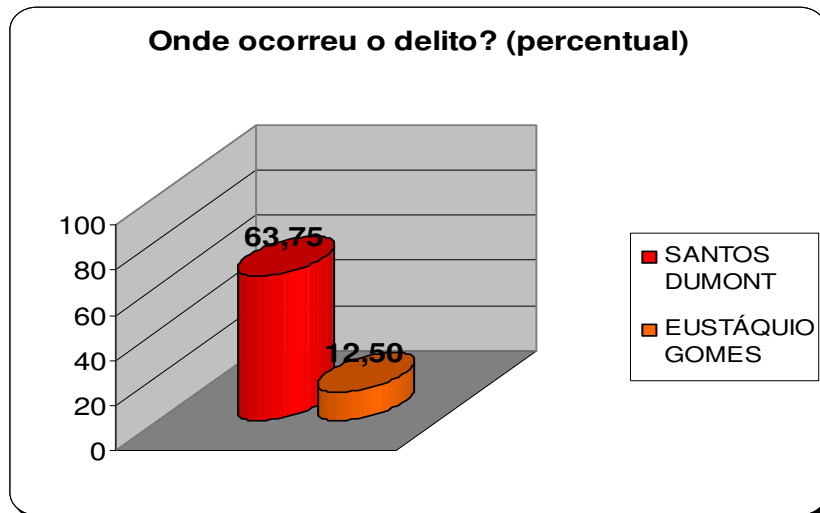
Cerca de 26% dos entrevistados, que alegaram ter sido vítimas de delito, afirmaram que isto ocorreu entre duas e cinco vezes nos últimos cinco anos e 4% mais de 5 vezes, ou seja, 30% foram vítimas de algum delito em mais de uma oportunidade, o que denota o alto índice de vitimização nessa localidade, corroborado ao fato anterior de que apenas 20% dos entrevistados afirmarem que não foram vítimas de delito.

Cumprе ressaltar que esses números podem ser ainda maiores, face ao medo da população em fornecer informações sobre crimes. Foi grande a dificuldade em fazer com que compreendessem que se tratava apenas de uma pesquisa acadêmica e, mesmo assim, diversas pessoas se recusam a prestar informações.



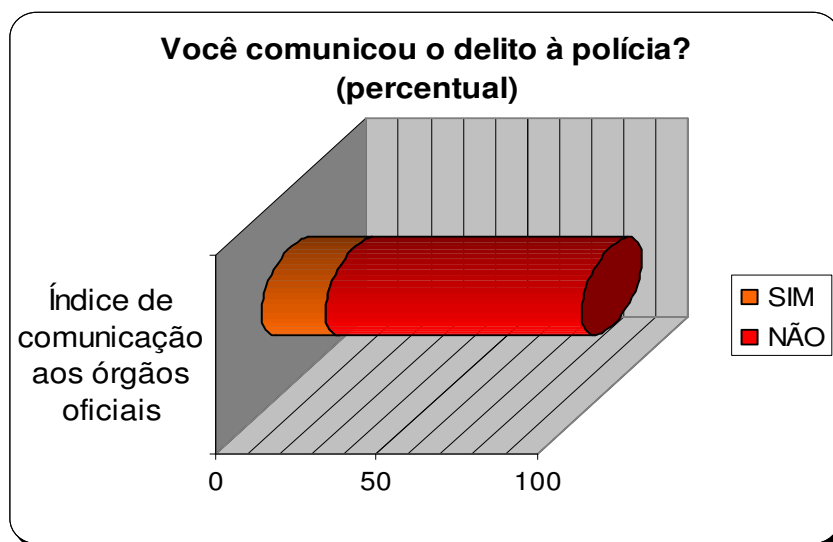
2.4. Regionalização da vitimização: Uma comunidade com problemas

A maioria das pessoas que alegaram ter sido vítimas (63,75%) afirmaram que o fato aconteceu na própria comunidade. Vale lembrar que essa etapa das entrevistas deu-se apenas no bairro do Santos Dumont e Eustáquio Gomes, mas demonstra o alto índice de vitimização dos moradores.



2.5. Índice de sub-notificação: Uma maioria silenciosa

A questão ainda mais preocupante é que apenas 20% das supostas vítimas informaram à polícia sobre a ocorrência dos delitos, o que gera uma sub-notificação de dados valiosos para o estudo da criminalidade, acarretando prejuízos para a administração pública no que se relaciona com o planejamento de políticas públicas na área de segurança.



2.6. Causas da sub-notificação: A predominância do descrédito com o sistema e do medo de represálias

Buscando determinar a causa para essa cifra negra, que foi avaliada em 80% nessa fase inicial, optamos por apresentar algumas alternativas, deixando margem para que o entrevistado apresentasse sua própria idéia. Não querendo ainda forçar o entrevistado a responder a questão, achamos por bem permitir que eles pudessem marcar mais de uma alternativa que poderia influir na sua decisão final de não informar o fato.

Assim, 83% acham que vai dar em nada, o que desmotiva a vítima a informar o fato. Para reverter tal quadro o poder público poderia investir em campanhas para incentivar a informação e auxiliar no trabalho da polícia.

Uma outra sugestão seria a própria polícia informar sobre a criminalidade local, podendo, por exemplo, distribuir folhetos sobre os tipos de crimes, os locais e os horários que mais ocorrem, fazendo com que a comunidade fique mais atenta aos locais e horários de risco e passe a confiar mais no trabalho do sistema de segurança, podendo ocasionar, inclusive, um aumento da já citada sensação de segurança e uma diminuição dos índices gerais de criminalidade.

De volta à pesquisa, outro fator que já sabíamos, mesmo que empiricamente, ter influência sobre essa ausência de informação, é o medo.

Nesse tópico específico, criamos algumas possibilidades para o direcionamento das questões, como a possibilidade de desconfiança nas polícias, o descrédito em relação ao desfecho, a inoperância da Justiça, o medo de sofrer represálias e a dificuldade de acesso aos órgãos. Foi permitido que respondessem a mais de uma alternativa e ainda que pudessem postular sua posição a respeito.

Quase todos os entrevistados responderam mais de uma alternativa cumulativamente e apenas 1% não tinha certeza do motivo de não ter informado à polícia.

Realmente o medo foi um dos fatores mais preocupantes. Para se ter uma idéia, 66% afirmam ter medo de sofrer represálias e, por isso, não informam os delitos ao poder público. Esse dado demonstra também a alta sensação de insegurança da comunidade, que é obrigada a conviver silenciosamente com criminosos. Para combater esse problema o governo poderia manter um policiamento mais efetivo. A polícia comunitária poderia ser

uma alternativa para eventos dessa natureza. Outra idéia seria a proteção às testemunhas de crimes de maior repercussão, o que já tem lei regulando, mas que ainda não é muito efetivo no sistema penal e, principalmente, na esfera estadual.

Além destas alternativas, poderia ser incentivada a comunicação informal de crimes na localidade, na tentativa de ter uma estatística mais confiável para melhor subsidiar as políticas públicas. Um exemplo de prática dessa natureza foi o site “wikicrimes”, do Dr. Furtado, da Universidade do Ceará, que possibilita a qualquer cidadão informar o crime por localidade georeferenciada, garantindo a publicidade da informação e possibilitando o uso também por gestores públicos.

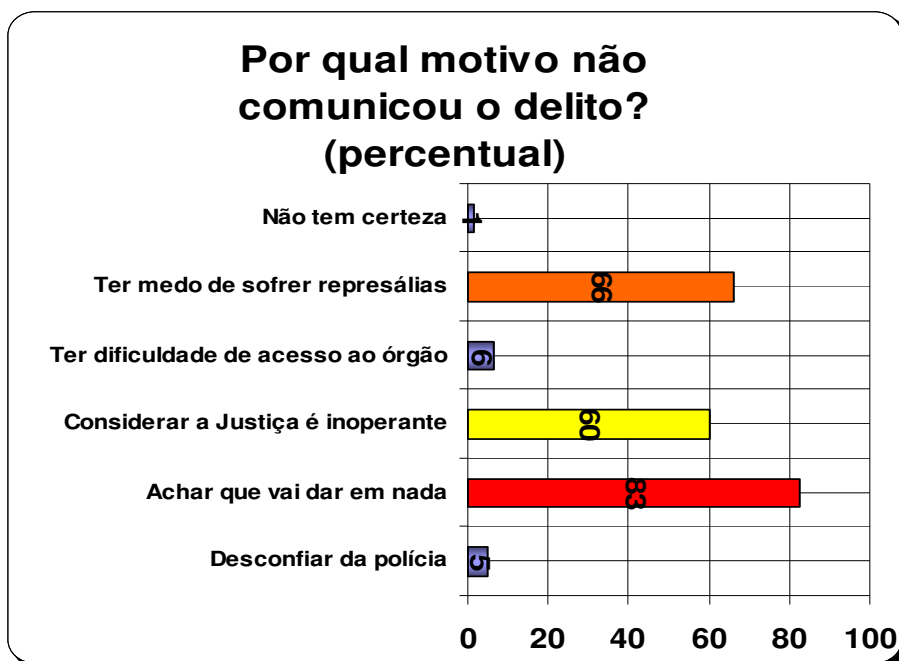
Notou-se também que 60% acham que a Justiça é inoperante, talvez pela forte influência da mídia que sempre divulga a prisão e, logo em seguida, a soltura dando a idéia que a polícia prende e a justiça solta. Na verdade, os juízes têm que se ater aos regramentos legais, mormente na área penal, que é fortemente ligada ao princípio da legalidade e da tipicidade. Certamente que novos paradigmas hermenêuticos estão influenciado também o sistema penal, como citamos alhures.

Já a possível dificuldade da comunidade em chegar aos poderes constituídos não foi confirmada. Tal fato deve-se, provavelmente, ao fato de que o local da entrevista, em que pese o alto índice de pobreza, é urbanizada e tem condições de mobilidade para acesso aos órgãos, o que poderia ser diferente em rincões do país, a exemplo de algumas comunidades isoladas na Amazônia legal.

Assim, apenas 6% alegaram dificuldades de acesso ao órgão, o que comprova que a população está mais próxima dos órgãos institucionais, mesmo em áreas periféricas. Entretanto, a informação e o acesso mais impessoal aos órgãos competentes tem que ser estimulados, principalmente com a possibilidade moderna de aproximação mediante ferramentas tecnológicas não presenciais e até mesmo virtuais.

O que causou surpresa foi que apenas 5% dos entrevistados alegam desconfiar da polícia, o que demonstra que a instituição, em que pese o aumento da criminalidade, vem se destacando na forma de lidar com a população. Acreditava-se que esse índice poderia ser maior, já que a polícia

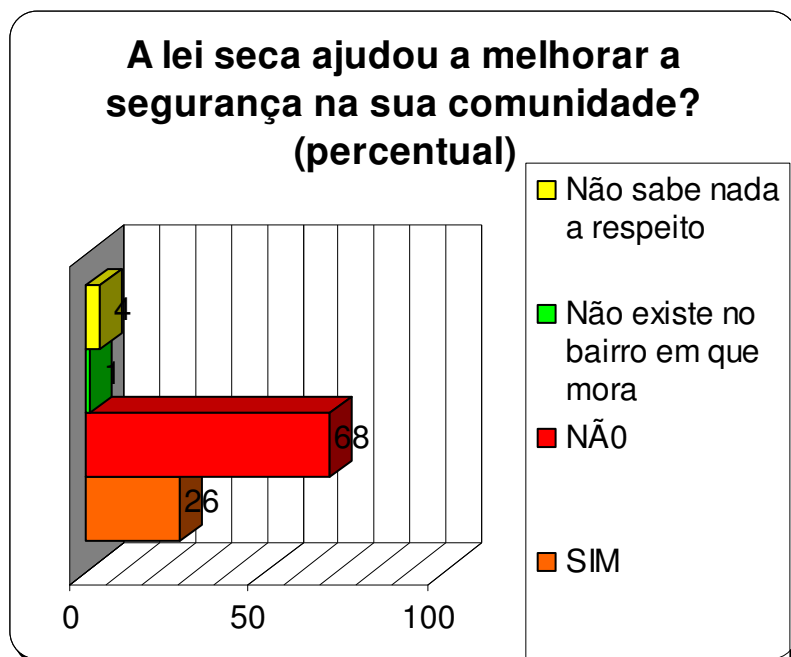
civil de Alagoas esteve por quase 7 meses em greve, além do fato de que muitos policiais supostamente atuavam em comunidades carentes de forma mais enérgica do que quando em bairros mais privilegiados, resultando de um policiamento seletivo, como sustentam alguns teóricos.



2.6. Lei seca: População não acredita na medida

Outro enfoque da pesquisa foi avaliar o efeito da lei seca sobre a sensação de segurança e o grau de conhecimento dessa medida por parte da população. Apenas 4% não sabia do que se tratava, o que comprova que a população está mais bem informada sobre as políticas públicas na sua área, provavelmente devido à televisão.

Entretanto, 68% afirmam que a instituição da lei seca em nada melhorou a segurança no bairro, enquanto 26% acreditam no oposto.



Ora, percebe-se que esse tipo de política tem um efeito discreto na sensação de segurança, já que os índices de criminalidade no local não podem ser medidos com precisão, além do que, desde a implantação da medida, não se sabia qual o real índice de criminalidade no bairro, já que as estatísticas policiais são difusas e por áreas diversas, impedindo uma maior precisão no estudo dos focos de criminalidade.

Uma alternativa seria uma definição administrativa da cúpula da segurança em áreas de atuação, que seriam avaliadas tanto pela PM quanto pela Civil, possibilitando uma melhor aferição do problema e análise dos resultados.

Findo o conteúdo da análise dessa entrevista, que objetivou dar início a uma discussão sobre as políticas públicas na área de segurança, que devem incluir também mecanismos de avaliação nessas áreas submetidas a algum tipo de ação específica, o que já é um esforço em matéria de policiamento orientado ao problema.

ANEXO I



Universidade Federal de Alagoas
Faculdade de Direito de Alagoas
Laboratório de Direitos Humanos

FORMULÁRIO

Data: ___/___/___

Idade: _____

Cidade/bairro: _____ / _____

1) Qual a sua renda familiar?

- Até 1 salário mínimo
- Mais de 1 até 5 salários mínimos
- Mais de 5 até 10 salários mínimos
- Mais de 10 salários mínimos

2) Você já foi vítima de algum delito (últimos 5 anos)?

- SIM
- NÃO

3) Em caso afirmativo, com qual frequência(últimos 5 anos)?

- apenas 1 vez
- de 2 a 5 vezes
- mais de 5 vezes

4) Onde ocorreu (cidade/bairro)? _____ / _____

5) Você comunicou o fato à polícia?

- SIM
- NÃO

6) Em caso negativo, por qual motivo?

- Desconfiar da polícia
- Acreditar que não vai dar em nada
- Acreditar que a Justiça é inoperante
- Ter dificuldade de acesso ao órgão
- Ter medo de sofrer represálias
- Outros. Especificar: _____.

7) A instituição da lei seca ajudou a melhorar a segurança na sua comunidade (caso exista no seu bairro)?

- SIM
- NÃO
- Não existe no bairro em que mora
- Não sabe nada a respeito